

Priner Serviços Industriais S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente**

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Priner Serviços Industriais S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Priner Serviços Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e às suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de julho de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo atualizadas em atendimento ao Ofício CVM nº 267/17 e estão sendo novamente reapresentadas, incluindo as alterações descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Existência física de equipamentos de uso operacional e locação

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía equipamentos de locação e uso na prestação de serviços registrados no ativo imobilizado pelo valor líquido de depreciação de R\$36.946 mil. Conforme detalhado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses ativos correspondem a andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de jateamento e habitats pressurizados, os quais são mantidos nas instalações de terceiros, seja por locação, seja por estarem sendo utilizados na prestação de serviços em andamento.

Considerando a relevância dos valores envolvidos e que esses bens são alugados para terceiros ou utilizados para prestação de serviços nas instalações dos clientes da Companhia, a existência e o controle físico desses itens do ativo imobilizado foram considerados assuntos significativos para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao controle físico do imobilizado; (b) conciliação do controle patrimonial com os registros contábeis; (c) acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo; (d) testes, com base em seleção por amostragem, sobre a existência dos bens de ativo imobilizado, por meio da análise dos contratos firmados e do confronto das evidências de prestação de serviços em andamento como reconhecimento de receitas de locação e de prestação de serviços; e (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração e reconhecimento das receitas de prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta receitas líquidas consolidadas no montante de R\$204.112 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais são provenientes de prestação de serviços, locação de equipamentos, vendas de produtos e indenização e recuperação.

O processo de reconhecimento das receitas de prestação de serviços é complexo por ser feito com base na medição individualizada das etapas de execução dos serviços que foram concluídas até a data. Os boletins de medição devem estar suportados pelos contratos firmados e requerem o uso de estimativas por parte dos responsáveis por sua confecção. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e, também, à complexidade do processo de mensuração e reconhecimento da receita de prestação de serviços.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados à receita de prestação de serviços; (b) avaliação do critério de reconhecimento e mensuração das receitas de prestação de serviços; (c) testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto dos boletins de medição com as informações constantes dos contratos firmados, bem como avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto; e (d) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2016	2015	2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.018	23.795	12.063
Contas a receber	5	56.130	39.035	56.130
Estoques		15	320	15
Créditos com funcionários		642	428	642
Tributos a recuperar	6	3.801	4.015	3.801
Instrumento derivativo financeiro (Swap)	26	-	199	-
Outros ativos circulantes		374	325	376
		<u>72.980</u>	<u>68.117</u>	<u>73.027</u>
NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos	7	5.927	5.246	5.927
Depósitos judiciais		258	3	258
Outros Créditos		39	-	39
Investimentos	8	104	61	64
Imobilizado	9	41.272	51.293	41.272
Intangível	10	978	1.028	978
		<u>48.578</u>	<u>57.631</u>	<u>48.538</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>121.558</u>	<u>125.748</u>	<u>121.565</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	11	5.106	6.147	5.113
Empréstimos e financiamentos	12	14.751	9.523	14.751
Salários e Encargos Sociais	14	12.771	9.982	12.771
Tributos a Pagar	16	3.191	3.322	3.191
Juros sobre capital próprio a pagar	20 (iv)	3.932	2.962	3.932
Contas a pagar por aquisição societária	18	22.558	19.778	22.558
Instrumento derivativo financeiro (Swap)	26	269	-	269
Outros Passivos		628	453	628
		<u>63.206</u>	<u>52.167</u>	<u>63.213</u>
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	12	1.928	883	1.928
Contas a pagar por aquisição societária	18	-	19.778	-
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	19	634	434	634
		<u>2.562</u>	<u>21.095</u>	<u>2.562</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito	20 (i)	41.861	41.854	41.861
Reserva de capital	20 (ii)	1.555	591	1.555
Reservas de lucros	20 (iii)	14.264	10.041	14.264
Dividendos adicionais propostos	20 (iv)	64	-	64
Prejuízos acumulados	20 (v)	(1.954)	-	(1.954)
Total do patrimônio líquido		<u>55.790</u>	<u>52.486</u>	<u>55.790</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>121.558</u>	<u>125.748</u>	<u>121.565</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - Exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2016 (Reapresentado)	2015	2016 (Reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços	21	204.112	171.207	204.112
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(156.967)	(124.802)	(156.967)
Lucro bruto		47.145	46.405	47.145
Despesas operacionais				
Comerciais, Gerais e administrativas	22	(35.358)	(32.067)	(35.519)
Resultado Equivalência Patrimonial	8	(201)	(15)	(40)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.586	14.323	11.586
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	23(b)	(7.503)	(11.192)	(7.503)
Receitas financeiras	23(a)	4.318	6.698	4.318
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.401	9.829	8.401
Correntes	15	(2.813)	(3.392)	(2.812)
Diferidos	15	681	1.058	680
Lucro Líquido do exercício		6.269	7.495	6.269
Atribuível ao controlador		6.269	7.495	6.269
		6.269	7.495	6.269
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$				
Básico	24	67,35	81,08	67,35
Diluído	24	64,17	77,21	64,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	Controladora
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	(Reapresentado)	
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	6.269	7.495
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>6.269</u>	<u>7.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>Reservas de Lucros</u>						Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Legal	Estatutária	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) Acumulados	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	41.854	43	379	5.129	-	-	47.405
Prêmio de opções de ações	-	547	-	-	-	-	547
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.495	7.495
Constituição de reservas estatutárias sobre o lucro líquido	-	-	375	4.158	-	(4.533)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.962)	(2.962)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	41.854	590	754	9.287	-	-	52.485
Integralização de Capital:							
Em 05 de dezembro de 2016, em espécie	7	-	-	-	-	-	7
Prêmio de opções de ações	-	965	-	-	-	-	965
Lucro líquido do exercício - Reapresentado	-	-	-	-	-	6.269	6.269
Destinações:							
Constituição de reservas sobre o lucro líquido	-	-	411	3.812	-	(4.223)	-
Juros sobre Capital Próprio propostos para pagamento no exercício seguinte	-	-	-	-	-	(3.936)	(3.936)
Dividendos Adicionais propostos para pagamento no exercício seguinte	-	-	-	-	64	(64)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Reapresentado	<u>41.861</u>	<u>1.555</u>	<u>1.165</u>	<u>13.099</u>	<u>64</u>	<u>(1.954)</u>	<u>55.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2016	2015	2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes dos impostos		8.401	9.829	8.401
Ajustes:				
Depreciação e amortização	22	9.991	9.870	9.991
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis		(5.983)	(1.788)	(5.983)
Equivalência patrimonial		201	15	40
Juros, variação monetária sobre empréstimos e aquisição societária		6.395	8.798	6.395
Receita de aplicações financeiras		-	(3.572)	-
Provisão para riscos	19	199	413	199
Provisão para devedores duvidosos	5	1.845	1.284	1.845
Despesas de plano de ações reconhecida no exercício	17	965	547	965
Varição nos ativos e passivos:				
Contas a receber		(18.940)	5.670	(18.940)
Estoques		305	(187)	305
Tributos a recuperar		(2.416)	(2.148)	(2.416)
Outros ativos		(558)	279	(558)
Fornecedores		(61)	1.901	(56)
Salários e encargos sociais		2.789	(880)	2.789
Tributos a pagar		(131)	1.194	(131)
Outros passivos		172	(950)	172
Impostos pagos		(183)	(1.283)	(183)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.991	28.992	2.835
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Investimentos em controlada em conjunto		(244)	(76)	(43)
Resgate/(aquisição) de títulos e valores mobiliários		-	27.271	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível		(4.535)	(6.583)	(4.535)
Caixa recebido na venda de imobilizado		9.618	2.239	9.618
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		4.839	22.851	5.040
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aporte de capital		7	-	7
Juros de capital próprio e dividendos pagos		(2.962)	(2.069)	(2.962)
Amortização do contas a pagar por aquisição societária		(15.647)	(15.647)	(15.647)
Amortização de empréstimos - principal		(16.898)	(32.133)	(16.898)
Ingresso de empréstimos		22.360	11.314	22.360
Juros pagos		(6.858)	(4.988)	(6.858)
Liquidação de derivativos (Swap)		391	-	391
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(19.607)	(43.523)	(19.607)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, LÍQUIDO		(11.777)	8.320	(11.732)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		23.795	15.475	23.795
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		12.018	23.795	12.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Geração do valor adicionado			
Receitas:			
Venda de mercadorias, produtos, serviços e locação	233.780	196.669	233.780
Cancelamentos e descontos	(3.374)	(2.103)	(3.374)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(1.853)	(1.290)	(1.853)
	228.553	193.276	228.553
Insumos adquiridos de terceiros:			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.122)	(580)	(2.122)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.742)	(34.560)	(37.889)
Baixa de ativos	(3.580)	(444)	(3.580)
	185.109	157.691	184.962
Valor adicionado bruto	185.109	157.691	184.962
Depreciação, amortização e exaustão	(9.991)	(9.868)	(9.991)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	175.118	147.824	174.971
Valor adicionado recebido em transferência:			
Resultado de equivalência patrimonial	(200)	(15)	(40)
Receitas financeiras	3.459	6.698	3.460
Outras receitas	160	413	160
	178.537	154.920	178.551
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal e encargos	116.168	97.658	116.168
Remuneração direta	86.829	72.669	86.829
Benefícios	23.148	19.704	23.148
FGTS	6.191	5.285	6.191
Impostos, taxas e contribuições	44.961	34.197	44.961
Federais	35.124	26.390	35.124
Estaduais	574	126	574
Municipais	9.263	7.681	9.263
Remuneração sobre o capital de terceiros	11.139	15.570	11.153
Juros, variações monetárias passivas e e variações cambiais	5.577	9.888	5.577
Aluguéis	5.562	5.682	5.576
Remuneração de capitais próprios	6.269	7.495	6.269
Juros sobre o capital próprio (JCP)	3.936	2.962	3.936
Dividendos	64	-	64
Lucros retidos do Exercício	2.269	4.533	2.269
Valor adicionado distribuído	178.537	154.920	178.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Priner Serviços Industriais S.A. ("Priner" ou "Companhia"), nova razão social da Mills SI Serviços Industriais S.A., uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de julho de 2013, está sediada na Avenida Geremário Dantas, 1400 loja 249 a 267, Freguesia, na cidade e estado do Rio de Janeiro - Brasil.

A Companhia atua basicamente no mercado de manutenção e montagem industrial de grandes plantas industriais. Fornece equipamentos e mão-de-obra para montagem de estruturas que viabilizam o acesso de pessoal e materiais em processos de manutenção preventiva, corretiva e de montagem de equipamentos e tubulações. Adicionalmente também presta serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície, isolamento térmico e instalação de habitáculos pressurizados, os quais permitem realização de serviços de soldagem sem interrupção das atividades industriais dos clientes.

Em 18 de março de 2016 foi constituída uma nova sociedade controlada pela Companhia sob a denominação Priner Locação de Equipamentos S.A. O objetivo dessa constituição foi a segregação das atividades da Companhia em duas sociedades distintas, de forma que a Priner Locação de Equipamentos S.A. explorará exclusivamente a atividade de locação de ativos.

Em 30 de junho de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a alteração da razão social da Companhia para Priner Serviços Industriais S.A, tendo em vista que o contrato de compra e venda da Companhia, firmado em 2013, permite a utilização da marca e expressão "Mills" por um período de três anos. Vencido esse prazo, a Companhia optou por adotar a expressão "Priner" como marca.

As operações estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, através de Ata de Reunião de Diretoria realizada em 7 de janeiro de 2016, contendo as seguintes unidades de negócio: Prestação de Serviços e Locação. As descrições de cada divisão estão mencionadas na nota 25.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram originalmente aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 28 de março de 2017. Essas demonstrações financeiras foram atualizadas e estão sendo reapresentadas para complementar as notas explicativas, bem como a inclusão da "Demonstração do Valor Adicionado - DVA", com a finalidade de obtenção do registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM (categoria "A") e para inclusão de informações adicionais nas notas explicativas e, portanto, foram novamente submetidas e aprovadas pela Diretoria em 15 de setembro de 2017.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Conforme mencionado, a atualização das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas também incluiu os efeitos das divulgações necessários para refletir os eventos subsequentes ocorridos desde a data de sua primeira aprovação.

A Administração atesta que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão das atividades da Companhia.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 26).
- Instrumentos Financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (nota 26).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Resultado por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos operacionais são serviços e locação. As divulgações aplicáveis aos segmentos reportáveis, estão apresentadas na nota explicativa nº 26.

e) Demonstrações de valores adicionados (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira, aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

f) Base de consolidação

(i) Investimento em controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto. Nas demonstrações financeiras consolidadas as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais a Companhia tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida.

2.2. Principais práticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A nota explicativa nº26 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável (provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD).

A provisão é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros - "TEJ", deduzindo a perda do valor recuperável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco de crédito, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A metodologia adotada é a de considerar na provisão para crédito de liquidação duvidosa 50% dos créditos vencidos acima de 60 dias e 100% para os vencidos acima de 120 dias. Os créditos dos clientes preferenciais, assim definidos pela área comercial, são provisionados apenas se estiverem vencidos acima de 180 dias.

A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PCLD.

A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas não ensejará a contabilização de PCLD. Caso o cliente deixe de honrar a 2ª parcela necessária da confissão de dívida, todo o valor a receber será lançado em PCLD.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Benefício Fiscal da mais valia do ativo imobilizado

A Companhia foi constituída em 12/07/2013, pelas sócias Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e Albuquerque Participações S.A. Em 30/11/2013 a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. vendeu a totalidade das quotas que detinha no capital da Companhia para a sócia Albuquerque Participações, a qual passou a ser controladora da Companhia. Em momento subsequente, em 02/12/2013, a Companhia promoveu a incorporação da Albuquerque, ou seja, da sua controladora (incorporação reversa).

O ágio, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial, foi registrado na Albuquerque no grupo de conta de Ativo Circulante Investimento. No momento da incorporação não havia ainda o laudo para alocação do ágio.

Somente após a incorporação, meados de 2014, é que foi emitido o laudo, fundamentado em três justificativas: (i) mais valia de ativo, (ii) intangíveis e (iii) deságio por compra vantajosa, tendo sido realizado na incorporadora, com base neste laudo, os ajustes de alocação do ágio, conforme quadro abaixo.

Alocação do ágio - conforme Laudo	Constituição	Benefício (ônus) Fiscal
Intangível	943	Não se aplica
Carteira de Clientes	763	
Direito de uso de Marca	169	
Acordo de não competição (uso por 1 ano)	11	
Imobilizado - bens tangíveis		
Mais valia do imobilizado	10.583	3.598
Total	11.526	3.598
(-) Deságio na incorporação Albuquerque	8.341	
Compra Vantajosa	3.185	(1.083)

Para fins fiscais, àquela época era permitida a dedução fiscal do ágio nas operações de incorporação entre a investidora e a investida. O benefício fiscal de R\$ 3.598 dos 34% do IRPJ e CSLL da mais valia do imobilizado foi registrado pela Companhia em conta de ativo não circulante diferido e controlado no livro fiscal (LALUR).

A Companhia tem aproveitado o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado. Abaixo composição desse aproveitamento em 2016 e 2015 e o saldo a aproveitar em 31/12/2016.

BENEFICIO FISCAL MAIS VALIA DO ATIVO IMOBILIZADO	2015		2016	
	Amortização	IR e CS Diferidos	Amortização	IR e CS Diferidos
Saldo anterior a amortizar	9.473	3.221	8.363	2.843
Amortização	(1.110)	(377)	(1.110)	(377)
Saldo a amortizar	8.363	2.843	7.253	2.466

O ônus fiscal de R\$1.083 dos 34% do IRPJ e CSLL referente ao deságio por compra vantajosa foi registrado pela Companhia em conta de passivo não circulante diferido e controlado no livro fiscal (LALUR) e está sendo reconhecido na razão mensal de 1/60 avos.

Abaixo a composição desse ônus fiscal em 2016 e 2015 e o saldo a amortizar:

ÔNUS FISCAL POR COMPRA VANTAJOSA	2015		2016	
	Amortização	IR e CS Diferidos	Amortização	IR e CS Diferidos
Saldo anterior a amortizar	(2.548)	(866)	(1.911)	(650)
Amortização	637	217	637	217
Saldo a amortizar	(1.911)	(650)	(1.274)	(433)

(vi) Investimentos em controlada em conjunto

Os direitos e obrigações detidos pela Companhia na sociedade controlada em conjunto, conforme detalhado na Nota Explicativa 8 foram avaliados pela Administração da Companhia à luz dos requerimentos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, resultando na classificação do mesmo como um empreendimento controlado em conjunto.

Um empreendimento controlado em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle.

Os resultados e os ativos e passivos da sociedade controlada em conjunto e da controlada Priner Locação de Equipamentos S.A. são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da sociedade controlada em conjunto e da empresa controlada Priner Locação.

As exigências do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia na sociedade controlada em conjunto. Quando necessário, o valor contábil total da SCP é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável, fará parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

(vii) Imobilizado de uso próprio e locação e uso operacional

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de jateamento e habitáculos pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em máquinas e equipamentos, em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2016 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(viii) Intangível - Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo intangível no exercício de 2016 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(ix) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(x) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (Nota Explicativa nº 17).

O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula:

$$(\text{Lucro operacional após o imposto de renda}) - (\text{capital empregado} \times \text{custo médio ponderado de capital})$$

(xiii) Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 17.

(xiv) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xv) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

(xvi) Distribuição de dividendos e juros de capital próprio

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

(xvii) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços, é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação, correspondente a locação de bens móveis, é reconhecida pró-rata *temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, serviços e indenizações.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xviii) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3. Normas e interpretações que entraram em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2016

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016:

- IAS 1 (CPC 26) - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- IAS 16 (CPC 27) e IAS 38 (CPC 04) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- IFRS 11 (CPC 19) - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas ("Joint Operation").
- IFRS 10 (CPC 36), IFRS 12 (CPC 45) e IAS 28 (CPC 18) - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014.

Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2017:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes.
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações.

Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Arrendamento mercantil.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção com exceção à “IFRS 15 – Receita de contrato com clientes”.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseados no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 17(ii).

3.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência da administração e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como os títulos e valores mobiliários apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

3.5. Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece provisão para crédito de liquidação duvidosa para as suas contas a receber que atendam aos critérios detalhados na Nota 2.2 (v). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto a capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2017.

3.8. Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

3.9. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

- (i) Reapresentação das demonstrações financeiras com a finalidade de obtenção do registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM (categoria “A”)

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram originalmente aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 28 de março de 2017 e reapresentadas para complementar as notas explicativas bem como a inclusão da DVA, com a finalidade de obtenção do registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - categoria “A”. Tais demonstrações financeiras reapresentadas foram submetidas e aprovadas pela Diretoria em 11 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de alteração de determinadas informações divulgadas na nota explicativa nº 25 – Resultado por segmento de negócio, no que tange à representatividade individual dos clientes no faturamento da Companhia, as demonstrações financeiras reapresentadas acima mencionadas foram atualizadas, e estão sendo novamente reapresentadas, tendo sido submetidas e aprovadas pela Diretoria em 12 de julho de 2017.

- (ii) Reapresentação das demonstrações financeiras decorrente da decisão de incluir “Principais Assuntos de Auditoria” no Relatório dos Auditores Independentes

Em 10 de agosto de 2017, a CVM enviou à Companhia o Ofício CVM nº 267/2017/CVM/SEP/GEA-1 solicitando a inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (“PAA’s”) no relatório emitido pelos auditores independentes. Consequentemente, as demonstrações financeiras anteriormente reapresentadas foram atualizadas pelos eventos subsequentes e submetidas a nova aprovação pela Diretoria em 15 de setembro de 2017.

Como resultado da atualização e reapresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi identificado o evento subsequente ocorrido após 12 de julho de 2017 (data da última reapresentação), relativo à provisão para devedores duvidosos sobre recebíveis de cliente que entrou em recuperação judicial e correspondente efeito de imposto de renda diferido ativo. Estes ajustes foram reconhecidos como demonstrado a seguir:

Balanco Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	2016 (Apresentado)	Ajuste	2016 (Reapresentado)	2016 (Apresentado)	Ajuste	2016 (Reapresentado)
Contas a receber	59.090	(2.960)	56.130	59.090	(2.960)	56.130
ATIVO CIRCULANTE	75.940	(2.960)	72.980	75.987	(2.960)	73.027
Tributos diferidos	4.921	1.006	5.927	4.921	1.006	5.927
ATIVO NÃO CIRCULANTE	47.572	1.006	48.578	47.532	1.006	48.538
TOTAL DO ATIVO	64.011	(1.954)*	62.057	64.011	(1.954)*	62.057
Prejuízos acumulados	-	(1.954)	(1.954)	-	(1.954)	(1.954)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	(1.954)*	(1.954)	-	(1.954)*	(1.954)

(*) Reconhecimento da provisão para devedores duvidosos de recebíveis de cliente que ingressou com pedido de recuperação judicial e correspondente efeito de imposto de renda diferido ativo.

Demonstração do Resultado do Exercício

	Controladora			Consolidado		
	2016 (Apresentado)	Ajuste	2016 (Reapresentado)	2016 (Apresentado)	Ajuste	2016 (Reapresentado)
Despesas operacionais Comerciais, Gerais e administrativas	(32.398)	(2.960)	(35.358)	(32.559)	(2.960)	(35.519)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.546	(2.960)	11.586	14.546	(2.960)	11.586
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.361	(2.960)	8.401	11.361	(2.960)	8.401
Diferidos	(325)	1.006	681	(326)	1.006	680
Lucro líquido do exercício	8.223	(1.954)	6.269	8.223	(1.954)	6.269
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$						
Básico	88,35		67,35	88,35		67,35
Diluído	84,17		64,17	84,17		64,17

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora e Consolidado		
	<u>2016</u> (Apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)
Lucro Líquido do Exercício	8.223	(1.954)	6.269
Total do Resultado Abrangente do Exercício	<u>8.223</u>	<u>(1.954)</u>	<u>6.269</u>

Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado		
	<u>2016</u> (Apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	8.223	(1.954)	(6.269)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(1.954)	(1.954)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>57.744</u>	<u>(1.954)</u>	<u>55.790</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	<u>2016</u> (Apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)	<u>2016</u> (Apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)
Lucro antes dos impostos	11.361	(2.960)	8.401	11.361	(2.960)	8.401
Provisão para devedores duvidosos	1.115	730	1.845	1.115	730	1.845
Contas a receber	(21.170)	2.230	(18.940)	(21.170)	2.230	(18.940)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.991	-	2.991	2.835	-	2.835

Demonstração dos Valores Adicionados

	Controladora			Consolidado		
	<u>2016</u> (Apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)	<u>2016</u> (Apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	1.107	(2.960)	(1.853)	1.107	(2.960)	(1.853)
Valor adicionado bruto	188.069	(2.960)	185.109	187.922	(2.960)	184.962
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	178.078	(2.960)	175.118	177.931	(2.960)	174.971
Valor adicional total a distribuir	181.496	(2.960)	178.536	181.511	(2.960)	178.551
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	36.130	(1.006)	35.123	36.130	(1.006)	35.123
Remuneração de capital próprio						
Prejuízo reconhecido do Exercício	-	(1.954)	(1.953)	-	(1.954)	(1.953)
Valor adicionado distribuído	181.496	(2.960)	178.536	181.511	(2.960)	178.551

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016
Caixa e contas correntes	666	691	666
Equivalentes de caixa	11.352	23.104	11.397
Total	<u>12.018</u>	<u>23.795</u>	<u>12.063</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os equivalentes de caixa são compostos pelas seguintes aplicações:

Instituição	Aplicação	Rentabilidade	Controladora		Consolidado
			2016	2015	2016
Banco Bradesco	CDB - liquidez diária	10% CDI	339	104	339
Banco Caixa Geral Brasil	CDB	100% CDI	2.352	3.108	2.352
Banco HSBC	CDB	101% CDI	-	3.194	-
Banco Santander	Compromissada	100,5% CDI	224	16.218	224
Banco Itaú	Compromissada	99% CDI	60	480	60
Banco Itaú	Compromissada	20% a 100% CDI	37	-	82
Banco Safra	Compromissada	101,2% CDI	8.338	-	8.338
Banco Safra	Compromissada	5% a 100% CDI	2	-	2
			<u>11.352</u>	<u>23.104</u>	<u>11.397</u>

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora	
	2016	2015
	(Reapresentado)	
A vencer	51.817	30.336
Vencidos de 1 a 60 dias	6.859	3.166
Vencidos de 61 a 120 dias	428	72
Vencidos acima de 120 dias	5.859	12.449
	<u>64.963</u>	<u>46.023</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.833)	(6.988)
Total	<u>56.130</u>	<u>39.035</u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	
Saldo no início do exercício	(6.988)	(5.704)
Constituição de provisão para devedores duvidosos	(6.099)	(5.744)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	4.254	4.460
Saldo final do exercício	<u>(8.833)</u>	<u>(6.988)</u>

A Companhia apresenta saldo de provisão para devedores duvidosos de R\$8.833 mil em 31/12/2016 como segue:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	
À vencer – Cliente em rec. judicial	2.960	-
Vencidos de 01 a 60 dias	-	-
Vencidos de 61 a 120 dias	196	34
Vencidos acima de 120 dias	5.677	6.954
	<u>8.833</u>	<u>6.988</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	2016	2015
INSS a compensar (a)	419	791
IRPJ e CSLL a compensar (b)	2.980	2.335
PIS e COFINS a compensar (c)	113	374
ICMS a compensar (d)	149	323
ISS a Recuperar (e)	128	171
Outros	12	21
	<u>3.801</u>	<u>4.015</u>

- (a) A Companhia está no regime da CPRB (contribuição previdenciária sobre a receita bruta) em razão do enquadramento da sua atividade principal no CNAE, onde o percentual de retenção da contribuição previdenciária, de responsabilidade da empresa contratante, foi reduzido de 11% para 3,5%. O saldo de R\$419 (R\$791 em 2015), representa o INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária indevidamente com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%. Esses valores estão sendo recuperados mediante compensação de contribuição da mesma natureza devida pela folha de pagamento- GFIP e devida com base na receita bruta-DARF.
- (b) Refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL, apurados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 que estão sendo compensados nos exercícios seguintes com tributos da mesma natureza.
- (c) R\$113 (R\$374 em 2015) referem-se a PIS e COFINS apurado a maior no exercício de 2014 e que serão compensados pela Companhia durante as apurações de PIS e COFINS do exercício de 2017.
- (d) Corresponde ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda. A expectativa é a compensação em exercícios futuros quando da realização de novas saídas tributárias.
- (e) São montantes relativos ao ISS retido a maior por alguns clientes oriundos da atividade da Companhia e que são passíveis de restituição. A Expectativa é que o pedido de restituição seja realizado no decorrer do exercício de 2017.

7. TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

Abaixo demonstramos o valor do IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos para 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	(Reapresentado)	
Ativo diferido sobre adições temporárias (*)	3.894	3.053
Ativo diferido sobre o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado (**)	2.466	2.843
Passivo diferido sobre o resultado da compra vantajosa (***)	(433)	(650)
	<u>5.927</u>	<u>5.246</u>

- (*) Os valores de R\$3.894 e R\$3.053 referem-se às provisões constituídas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, representando adições temporárias na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Vide composição nota 15.

Os fundamentos e as expectativas para a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para a realização</u>
Provisão para liquidação duvidosa Swap	Pela ajuizamento das ações e créditos vencidos
Plano de opção de ações	Pela liquidação do empréstimo
Provisão para riscos trabalhistas	Pelo exercício das opções
Provisões de custos e despesas	Pela realização fiscal da perda
	Pelo pagamento

- (**) O benefício fiscal da mais valia do imobilizado está sendo realizado de acordo com a taxa de vida útil de cada bem, conforme laudo produzido por avaliador independente, sendo que o terreno somente seria realizado quando da sua alienação, conforme apresentado na nota 2.2 (vii). Entretanto, em janeiro de 2017 a Companhia aproveitou o benefício fiscal da mais valia dos ativos de forma integral, no montante de R\$1.678, em decorrência da transferência dos bens da Companhia para a controlada Priner Locação de Equipamentos S.A.
- (***) A obrigação fiscal decorrente do valor apurado por compra vantajosa é reconhecida na razão mensal de 1/60 avos, perfazendo um montante anual de R\$217.

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. O referido estudo é examinado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício. Este indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2016 em até seis anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

	Ativo (passivo) diferido
Ano de 2017	1.530
Ano de 2018	(147)
Ano de 2019	70
A partir de 2020 (inclui o IR e CSLL sobre o terreno no montante de R\$452)	580
Total	<u>2.033</u>

8. INVESTIMENTOS

Em sociedade controlada em conjunto

Em 23 de outubro de 2014 foi firmado, através de um instrumento definido como Memorando de Entendimento ("MOU") uma parceria entre a Companhia e a Muehlhan, uma sociedade constituída e existente sob as leis da Alemanha, com sede em Hamburgo, com atividades na prestação de serviços como revestimento, jateamento, proteção contra incêndio, instalação de andaimes, isolamento e serviços em aço para os setores de óleo & gás, naval e industrial.

Em 1º de julho de 2015, foi celebrado um Acordo de assunção de contrato onde a MSI do Brasil - Serviços Marítimos Ltda. - MSI do Brasil, uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, assumiu todos os direitos e obrigações da Muehlhan definidos no Memorando de Entendimento.

O objetivo do "MOU" é confirmar a intenção das partes de envidar esforços comerciais aplicáveis na controlada em conjunto, que terá como objetivo a prestação de serviço no tratamento de superfícies, onde a Priner será o sócio ostensivo e a MSI do Brasil o sócio participante. A participação societária é de 50% para cada um e o capital inicial é de R\$10 mil, sendo R\$5 mil para cada sócio.

A controlada em conjunto foi constituída pelo nome de "Mills SI/Muehlhan-SCP" e sua escrituração é efetuada nos livros da Companhia, onde os seus registros contábeis estão devidamente destacados dos demais registro da Priner.

As informações relativas às demonstrações financeiras da controlada em conjunto são demonstradas a seguir:

<u>Controlada em conjunto</u>	<u>Participação no capital %</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Valor do investimento</u>	
Mills SI/Muehlhan - SCP	50,00%	128	(80)	(40)	64	
<u>Controlada em conjunto</u>		<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Capital social</u>	<u>Resultado</u>
Mills SI/Muehlhan - SCP		5	123	-	208	(80)

O saldo existente do investimento acima de R\$64 refere-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Segue movimentação do Investimento:

	2016	2015
Saldo anterior	61	-
aporte capital	43	76
Resultado de equivalência	(40)	(15)
Saldo final	64	61

O capital da "Mills SI/Muehlhan-SCP, foi constituído pelos valores integralizados dos sócios que estão registrados na conta de patrimônio líquido dessa investida.

Os aportes de recursos para a formação de capital da "Mills SI/Muehlhan-SCP", efetuados pela Priner foram tratados como participação societária, sujeita a equivalência patrimonial conforme conceitos e definições trazidos pelo CPC 19 (R2), onde os investidores do negócio em conjunto dividem sua participação sobre ativos e passivos líquidos (patrimônio líquido), bem como o resultado gerado.

A Companhia tem a intenção de descontinuar a sociedade, tendo em vista a inviabilidade do negócio devido à crise que atingiu o setor de Óleo & Gás. A expectativa é que o distrato do contrato seja efetuado ao longo de 2017, não havendo assim a necessidade de alteração da denominação da controlada em conjunto (Mills SI/Muehlhan-SCP) em razão da mudança do nome da Mills SI para Priner.

Em sociedade controlada

Em 18 de março de 2016 foi constituída uma nova sociedade controlada pela Companhia sob a denominação Priner Locação de Equipamentos S.A. O objetivo dessa constituição foi realizar a segregação das atividades da Companhia em duas sociedades distintas, de forma que a Priner Locação de Equipamentos S.A. explorará exclusivamente a atividade de locação de ativos.

As informações relativas às demonstrações financeiras da Priner Locação são demonstradas a seguir:

Investida	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Valor do investimento
Priner Locação de Equipamento S/A	99,99%	40	(161)	(161)	40
Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Resultado do exercício
Priner Locação de Equipamento S/A	48	-	7	201	(161)
Investimento-movimentação					2016
Saldo inicial					-
Integralização de capital					201
Resultado de Equivalência patrimonial					(161)
Saldo final					40

A transferência das atividades de locação para a subsidiária Priner Locação ocorreu em janeiro de 2017, formalizada através de Ata da Assembleia Extraordinária de 21 de fevereiro de 2017, mediante a subscrição e integralização do capital social com ativos da Companhia, conforme demonstrado na nota de eventos subsequentes nº 29.

9. IMOBILIZADO

	Equipamentos locação e uso operacional			Bens de uso								Total	Total Imobilizado
	Equipamentos locação e uso operacional	A imobilizar	Total	Benfeitorias	Computadores	Terrenos	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e gabaritos	Móveis e utensílios.	Prédios	
Custo													
Saldo Final em 31/12/2014	86.689	1.130	87.819	2.775	2.862	121	616	235	107	8	1.281	773	96.597
Aquisição	2.363	3.082	5.445	182	132	-	294	-	40	172	22	73	6.360
Baixa/alienação	(1.732)	(7)	(1.739)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.739)
Crédito de PIS e COFINS	(476)	-	(476)	(10)	-	-	-	-	(2)	(12)	-	(4)	(504)
Transferências	4.197	(4.197)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/12/2015	91.041	8	91.049	2.947	2.994	121	910	235	145	168	1.303	842	100.714
Aquisição	1.803	736	2.539	217	421	-	16	14	51	-	155	-	3.413
Baixa/alienação	(11.495)	-	(11.495)	(208)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(11.704)
Transferências	68	-	68	19	3	-	-	-	(66)	-	(3)	(21)	-
Saldo Final em 31/12/2016	81.417	744	82.161	2.975	3.417	121	926	249	130	168	1.455	821	92.423
Depreciação acumulada													
Saldo Final em 31/12/2014	(37.736)	-	(37.736)	(786)	(1.195)	-	(501)	(98)	(14)	0	(374)	(271)	(40.975)
Depreciação	(8.217)	-	(8.217)	(781)	(449)	-	(66)	(24)	(23)	(22)	(127)	(25)	(9.734)
Baixa/alienação	1.288	-	1.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.288
Saldo Final em 31/12/2015	(44.665)	-	(44.665)	(1.567)	(1.644)	-	(567)	(122)	(37)	(22)	(501)	(296)	(49.421)
Depreciação	(8.455)	-	(8.455)	(618)	(424)	-	(101)	(23)	(27)	(33)	(130)	(25)	(9.836)
Baixa/alienação	7.912	-	7.912	193	-	-	1	-	-	-	-	-	8.106
Transferências	(7)	-	(7)	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-
Saldo Final em 31/12/2016	(45.215)	0	(45.215)	(1.992)	(2.068)	0	(667)	(145)	(57)	(55)	(631)	(321)	(51.151)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31/12/2015	46.376	8	46.384	1.380	1.350	121	343	113	108	146	802	546	51.293
Saldo em 31/12/2016	36.702	744	36.946	983	1.349	121	259	104	73	113	824	500	41.272
Taxas anuais de depreciação %	10	-	-	(*)	20	-	20	10	10	10	10	4	-

(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros considera o período de vigência dos contratos de locações dos imóveis.

Os equipamentos de locação e de uso operacional podem ser resumidos como andaimes de acesso: (i) Tubos (Tubos Mills, Elite e Mills Lock), (ii) Web Deck (plataformas de trabalho suspensa) e (iii) Mills Habitat (habitação pressurizada) e os equipamentos de jateamento.

Abaixo destacamos as principais aquisições ocorridas durante o ano de 2016 e 2015, por grupamento:

	2016	2015
Material tubular (tubos, pisos e seus acessórios)	1.413	1.157
Web Deck	102	909
Habitat	796	3.324
Outros equipamentos de locação e uso operacional	228	55
Outros (*)	874	915
	<u>3.413</u>	<u>6.360</u>

(*) São aquisições compostas basicamente por; (i) benfeitorias em propriedades de terceiros, realizadas nas instalações da Companhia, (ii) aquisição de veículos para uso operacional, (iii) aquisição de ferramentas e gabaritos e (iv) aquisição de equipamentos de informática.

As transferências referem-se principalmente à transferência de imobilizado em andamento para a categoria definitiva do ativo.

A depreciação do exercício, alocada ao custo de serviços prestados, é de R\$7.854 (R\$7.594 em 2015), e refere-se a equipamentos de locação. Por sua vez, a depreciação alocada às despesas gerais e administrativas é de R\$1,981 (R\$2.140 em 2015) e refere-se à depreciação dos bens de uso operacional e aos demais itens do imobilizado, os quais são classificados como bens de uso próprio.

A Companhia realizou inventário dos itens componentes do seu imobilizado, ao final de 2016. Como consequência, registrou uma perda de R\$148 (R\$177 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Em janeiro de 2017, a Companhia transferiu para sua subsidiária Priner Locação de Equipamentos ativos no montante de R\$34.056 conforme tabela abaixo:

Equipamentos de locação e uso operacional	33.894
Equipamentos de locação	33.330
Máquinas, acessórios e equipamentos	564
Bens de uso	162
Computadores e periféricos	6
Terrenos	61
Ferramentas e gabaritos	42
Máquinas e equipamentos	16
Móveis e utensílios	37
Total transferido	<u>34.056</u>

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 29.

A Companhia não identificou indicativos de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

10. INTANGÍVEL

	Intangível			Total
	Software	Marcas e patentes	Em andamento	
<u>Custo</u>				
Saldo Final em 31/12/2014	797	37	385	1.219
Aquisição	115		108	223
Saldo Final em 31/12/2015	912	37	493	1.442
Aquisição	143		-	143
Baixa/Alienação		(37)		(37)
Saldo Final em 31/12/2016	1.055	-	493	1.548
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo Final em 31/12/2014	(278)	-	-	(278)
Amortização	(136)	-	-	(136)
Saldo Final em 31/12/2015	(414)	-	-	(414)
Amortização	(156)	-	-	(156)
Saldo Final em 31/12/2016	(570)	-	-	(570)
<u>Intangível Líquido</u>				
Saldo em 31/12/2015	498	37	493	1.028
Saldo em 31/12/2016	485	-	493	978

A aquisição de R\$143 durante o ano de 2016 refere-se a investimentos de infraestrutura da tecnologia da informação, sendo a taxa anual de amortização de 20%.

A baixa de R\$37 durante o ano de 2016 refere-se à obsolescência de registros da marca Mills Habitat e piso antiderrapante além do vencimento de certificados de Habitat Safehouse.

O saldo de intangível em andamento é referente substancialmente a implantação de software de folha de pagamento. A expectativa é que a implantação ocorra durante o mês de janeiro de 2017.

A amortização do exercício, alocada às despesas gerais e administrativas é de R\$156 (R\$136 em 2015).

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidada	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores nacionais	5.106	5.013	5.113	-
Fornecedores estrangeiros	-	1.134	-	-
	5.106	6.147	5.113	-

O saldo em 31 de dezembro de 2016 da conta de fornecedores nacionais refere-se basicamente a aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPIs, de peças e ferramentas, de material elétrico, de material de escritório, dos serviços prestados, dos fretes, viagens e que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de fornecedores estrangeiros refere-se a três processos de importação com o fornecedor Safehouse (invoice S15/44) referente a aquisições destinadas ao imobilizado de locação (habitat) e materiais de consumo relacionados aos mesmos. Os pagamentos se deram em Janeiro/2016 conforme contratos de câmbio fechados neste período.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos dos empréstimos, assim como as instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2016 são:

Instituição financeira	Dados do contrato					2016			2015			Amortização
	Nº do Contrato	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Banco Itaú	100.114.040.000.500	CDI + 3,0% aa	03/04/2014	09/03/2016	10.000	-	-	-	1.683	-	1.683	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em outubro de 2014 (Principal e Juros)
Banco Itaú	100.114.090.000.300	CDI + 3,0% aa	23/09/2014	16/03/2016	5.000	-	-	-	838	-	838	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em outubro de 2014 (Principal e Juros)
Banco Itaú FINIMP	AGE884118/1	Varição cambial + 1,75% a.a. com swap para 125% do CDI	09/11/2015	11/05/2016	1.076	-	-	-	1.112	-	1.112	Prazo de 6 meses e pagamento em uma única parcela em maio de 2016.
Banco Itaú	100.116.010.010.300	CDI + 3,85% aa	25/01/2016	18/07/2017	5.000	2.582	-	2.582	-	-	-	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em abril de 2016 (Principal e Juros)
Banco Itaú	100.116.120.002.600	CDI + 3,85% aa	28/12/2016	28/06/2018	2.000	1.326	677	2.003	-	-	-	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em março de 2017 (Principal e Juros)
Banco Itaú	AGE920050/1	Varição cambial + 2,57% a.a. com swap para CDI + 3,50% aa	15/06/2016	15/12/2017	6.000	3.760	-	3.760	-	-	-	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em setembro de 2016 (Principal e Juros)
Banco Santander FINAME 1	60081862-01	6% % aa Pré-fixada	08/09/2014	15/09/2019	463	114	205	319	112	323	435	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 12 meses - 1ª vencimento em outubro de 2015 -(Principal e Juros)
Banco Santander	270.701.415	CDI + 3,78% aa	22/07/2015	23/01/2017	3.000	172	-	172	1.850	344	2.194	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2015 (Principal e Juros)
Banco Santander FINAME 2	60097737-01	13,04% aa Pré-fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	39	111	150	29	151	180	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em abril de 2016 -(Principal e Juros)
Banco Santander FINAME 3	60098463-01	13,04% aa Pré-fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	16	46	62	10	65	75	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em maio de 2016 -(Principal e Juros)
Banco Santander	270.465.116	CDI + 3,90% aa	25/10/2016	24/04/2018	4.000	2.689	889	3.578	-	-	-	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em novembro de 2016 (Principal e Juros)
Banco HSBC	SCCBBP134315 RENEGOCIAÇÃO	Varição Cambial + 3,60% com swap para CDI + 2,45% aa	07/10/2015	01/09/2016	4.822	-	-	-	3.889	-	3.889	Contrato inicial em 8 parcelas - Trimestrais - 1º vencimento em dezembro de 2014 (Principal e Juros). Foi renegociado em outubro de 2015, porém sem alteração da quantidade de parcelas e datas de vencimento. As alterações foram apenas nas taxas.
Banco Bradesco (HSBC)	1173-04929-08	CDI + 3,289% aa	05/05/2016	06/11/2017	4.060	2.739	-	2.739	-	-	-	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em junho de 2016 (Principal e Juros)
Banco Safra	002537571	17,737106% aa Pré-fixada	08/12/2016	04/12/2017	1.300	1.314	-	1.314	-	-	-	Em 12 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em janeiro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de Principal em abril de 2017.
						46.973	14.751	1.928	16.679	9.523	883	10.406

- Estes contratos não apresentam cláusulas restritivas (*covenants*) relacionados a saldos ou índices financeiros.
- A Companhia tem como prática contábil alocar os juros pagos na atividade de financiamento da demonstração dos fluxos de caixa.

A parcela do não circulante tem os seguintes vencimentos:

	<u>2016</u>
2017	-
2018	1.741
2019	143
2020	44
Total	<u>1.928</u>

13. PARTES RELACIONADAS

Membros da Administração

A administração da Companhia é composta por uma diretoria executiva e um conselho de administração.

Não houve remuneração entre a Companhia e os membros do conselho da administração em 2016 e 2015.

A Companhia manteve em 2016 contrato de prestação de serviços de consultoria, celebrado em setembro de 2015, com a empresa Rcarmelo Assessoria e Treinamento, pessoa jurídica, cujo sócio diretor é membro do conselho de administração da Companhia. O contrato tem como vigência inicial de dois anos, podendo ser renovado.

Adicionalmente, a Companhia celebrou em julho de 2016, um contrato de prestação de serviços de consultoria com a empresa Schirmer e Associados Consultores de Negócios Ltda, pessoa jurídica, cujo sócio diretor foi membro do Conselho de Administração da Companhia. A renúncia do mesmo foi registrada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016. O contrato em questão foi encerrado em 2016.

Os contratos acima têm como objeto a prestação de serviços de consultoria na área de desenvolvimento de novos negócios, para potencial aquisição de empresas, no segmento de serviços industriais, em território nacional.

Na tabela abaixo encontra-se denominado como "terceiros".

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Diretoria - Remuneração	3.220	2.301
Diretoria - Benefícios	128	109
Diretoria - Encargos	128	140
Diretoria - Stock Options	872	234
Terceiros - Stock Options	21	53
Terceiros - Consultoria	655	299
Outros	39	-
Total	<u>5.062</u>	<u>3.136</u>

Os valores de remuneração à administração para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram fixadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizada em 28 de abril de 2016 e 30 de abril de 2015, tendo sido seus valores retificados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2017. A remuneração global anual dos administradores referente aos anos de 2016 e 2015 é de até R\$4.500 e de até R\$3.200 respectivamente.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora	
	2016	2015
Salários e Encargos Sociais	4.050	2.906
Provisão de férias	8.721	7.076
	<u>12.771</u>	<u>9.982</u>

Do saldo em 31 de dezembro de 2016, 68% refere-se à provisão de férias (71% em 2015) e os 32% remanescentes referem-se às obrigações com impostos e contribuições como o IRRF s/folha de pagamento, FGTS e INSS, a recolher em janeiro de 2017 (29% em 2015).

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	2016 (Reapresentado)	2015
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	8.401	9.829
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(2.857)	(3.342)
Despesas não dedutíveis permanentes	(620)	(79)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(68)	(5)
Juros sobre capital próprio	1.338	1.007
Diferencial alíquota (adicional do IRPJ)	24	24
Imposto de renda - incentivo fiscal - PAT	51	61
IRPJ e CSLL no resultado	(2.132)	(2.334)
Alíquota efetiva	25%	24%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.813)	(3.392)
Imposto de renda e contribuição social diferido	681	1.058
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(2.132)	(2.334)

As despesas não dedutíveis de R\$620 são compostas por multas não compensatórias, brindes e perda no inventário do imobilizado de locação e participação no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	2016 (Reapresentado)	2015
Provisão para riscos trabalhistas	634	434
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8.833	6.988
Swap	269	(199)
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição SI)	7.254	8.363
Ônus fiscal da compra vantajosa (aquisição SI)	(1.274)	(1.911)
Plano de opções de ações	771	590
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	276	78
Taxa de Serv Est RJ - Exigibilidade Susp.	137	-
Provisões de custos e despesas	533	1.088
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	17.433	15.431
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%)	5.927	5.246

16. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora	
	2016	2015
PIS e COFINS	1.566	2.339
ISS	1.159	756
ICMS	179	130
Taxa de serv. Estadual RJ	137	-
Impostos retidos	148	95
Outros	2	2
	<u>3.191</u>	<u>3.322</u>

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

17.1. Participação nos lucros a pagar

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante a ser pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101 e com o estatuto social da Companhia.

Tal cálculo se baseia no EVA (Economic Value Added) da Companhia. Para o exercício de 2015 e 2016, o resultado do EVA da Companhia foi negativo, não ensejando o reconhecimento de participação nos lucros a pagar.

17.2. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui dois planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral e administrados pelo Conselho de Administração.

O objetivo dos planos é permitir que os participantes, sujeito a determinadas condições, adquiram ações representativas do capital social da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; (c) motivar os Participantes a tomarem decisões visando sempre o desenvolvimento lucrativo dos negócios da Priner e, conseqüentemente, estimular o aumento patrimonial da Companhia, a longo prazo; (d) premiar os Participantes da Companhia proporcionalmente aos ganhos patrimoniais que a Priner venha a obter em decorrência de suas decisões, ajudando-os a se tornarem detentores de Ações Ordinárias; e (e) atrair e manter os Participantes a ela vinculados.

Planos	Aprovação	Data da outorga	Data da outorga - aditivo	Data final do exercício	Ações em milhares		
					Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
1º plano	Assembleia Geral em 01/12/2014	02/12/2014	-	31/05/2018	4.622	-	4.622
2º plano	Assembleia Geral em 28/04/2016	28/04/2016	05/12/2016	31/12/2017	1.263	631	632

O 1º plano de ações, outorgado em 2014, definiu o montante máximo de 5% das ações ordinárias da Companhia, cujo preço unitário é de R\$0,5160, sem correção por qualquer índice. De acordo com o plano, o exercício das opções seria possível nos meses de maio dos anos de 2016, 2017 e 2018, embora as opções pudessem ser exercidas na primeira data de exercício, sendo esta uma decisão do beneficiário. Entretanto, em 05 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a postergação do prazo para o exercício parcial mínimo das opções pelos beneficiários, podendo os beneficiários exercê-las em períodos de exercícios subsequentes, a saber: 01/05/2017 a 31/05/2017 ou 01/05/2018 a 31/05/2018.

No 2º plano, outorgado em 2016, o preço unitário de exercício é de R\$0,01 sem qualquer correção por qualquer índice. O período do exercício nos termos do 2º plano, aprovado em 28/04/2016, que era de 01/01/2019 até 30/06/2019, foi alterado em 05 de dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração, definindo 50% das opções para o período de 01/12/2016 a 31/12/2016 e o saldo remanescente de 50% para o período de 01/12/2017 a 31/12/2017. Em razão desta alteração, foi aprovada minuta do primeiro aditivo ao Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias. Em dezembro de 2016, foram exercidas 50% das opções, que correspondem a 631.303 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Para determinação do valor justo de opções concedidas nos dois planos, foi contratada consultoria independente e utilizou-se a metodologia Black, Scholes & Merton (BSM).

Para a aplicação dessa metodologia foram consideradas as seguintes premissas:

1º plano - 2014

Cálculo de BSM - Opção de compra			
Lote	1º	2º	3º
Valor da ação	0,562	0,562	0,562
Preço de exercício	0,516	0,516	0,516
Taxa livre de risco	13,03%	12,86%	12,71%
Volatilidade anual	34,20%	34,20%	34,20%
Tempo de exercício	1,50	2,50	3,50
Taxa de dividendos	3,98%	3,98%	3,98%
R\$ por opção	0,14	0,17	0,19
Quantidade de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576
Montante - R\$	213.549	259.310	298.599
Montante total - R\$	771.458		
Valor justo médio R\$/opção	0,17		
Vida das opções em anos	0,42	1,42	2,42

2º plano - 2016

Cálculo de BSM - Opção de compra

Lote	1º	2º
Valor da ação	1,180	1,180
Preço de exercício	0,010	0,010
Taxa livre de risco	13,63%	13,63%
Volatilidade anual	26,74%	26,74%
Tempo de exercício	0,06	1,06
Taxa de dividendos	2,72%	2,72%
R\$ por opção	1,1600	1,1300
Quantidade de opções	631.303	631.304

Lote	1º	2º
Montante - R\$	732.311	713.374
Montante total - R\$	732.311	713.374
Valor justo médio R\$/opção	1,16	1,13
Vida das opções em anos	1	1

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos no resultado.

	2016	2015
1º plano:		
Reserva de capital	771	590
Número de opções a exercer (milhares)	4.622	4.622
Número de ações exercidas (milhares)	-	-
2º plano:		
Reserva de capital	784	-
Número de opções a exercer (milhares)	631	-
Número de ações exercidas (milhares)	632	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	1.555	590
Efeito no resultado	(965)	(590)

Para o segundo plano, a projeção de despesa para o ano de 2017 é no montante de R\$662

18. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO SOCIETÁRIA

Representa a obrigação pela compra da unidade de negócio de Serviços Industriais da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (Mills S.A).

O saldo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão demonstrados abaixo:

	2016	2015
Circulante	22.558	19.778
Não circulante	-	19.778
	<u>22.558</u>	<u>39.556</u>
Desdobramento do saldo a pagar		
Parcela a vencer em 10/07/2017	22.558	19.778

A parcela a vencer é remunerada pela taxa de 100% CDI.

19. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados conforme detalhado a seguir.

A operação da Companhia representava uma unidade de negócio (serviços industriais) da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e, por força do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, foi acordado que: (i) a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia é a responsável por todos os processos trabalhistas relativos ao período de atuação até maio de 2013, inclusive (ii) A Priner é responsável pelos processos a partir de

junho de 2013 e, (iii) em caso de atuação em ambas as empresas, é necessário efetuar rateio das obrigações das partes, apurando-se os valores proporcionais a cada período.

A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, constitui provisão para riscos com processos trabalhistas, considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$634 (R\$ 434 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente a Companhia tem ações de natureza trabalhista, no montante de R\$3.287 (R\$3.447 em 31 de dezembro de 2015), envolvendo riscos classificados pela Administração como de perdas possíveis, para os quais não há provisão constituída.

A maioria das ações são reclamações trabalhistas por indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, acúmulo de função, restabelecimento do plano de saúde e alimentação, adicional de insalubridade, pedido de horas extras, equiparação salarial, seus reflexos e respectivos encargos, além de 4 autos de infração lavrados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

Quanto aos riscos tributários, a Companhia possuía somente autos de infração da Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe, sofridos ao longo de 2014, por suposta exigência de ICMS nas operações de transferência de ativo imobilizado. Todos os casos em questão foram julgados improcedentes ao longo do ano de 2016.

Não há registro de ações ou processos cíveis contra a Companhia

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(i) Capital Subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 é representado pelo valor de R\$41.861 (31 de dezembro de 2015 - R\$41.854) dividido em 93.077 mil (31 de dezembro de 2015 - 92.446 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 5 de dezembro de 2016, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia aumentou o capital social, dentro do limite do capital autorizado, em razão do exercício da opção de compra de ações da Companhia (2º plano), mediante emissão de 631.303 ações ordinárias

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 5.884.892 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e noventa e duas) ações, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembleia Geral.

Segue abaixo a composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações	Porcentagem	Quantidade de ações	Porcentagem
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações	92.445.704	99,32%	92.445.706	99,99%
Túlio Cintra	631.304	0,68%	1	0,01%
	<u>93.077.010</u>	<u>100,00%</u>	<u>92.445.707</u>	<u>100,00%</u>

(ii) Reserva de capital

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$1.555 (R\$591 em 2015) é a reserva referente ao plano de *stock options* para empregados (nota 17).

(iii) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto na legislação e no Estatuto Social da Companhia, limitada a 20% do capital social.

Em 2016 foi constituída reserva legal no montante de R\$411 (R\$375 em 2015).

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, a parcela remanescente de 100% do lucro líquido, após a absorção dos prejuízos acumulados, à constituição da reserva legal, e à distribuição de dividendos, é destinada à reserva de investimento/expansão que não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social. Em 2016 foi constituída R\$3.812 (R\$4.158 em 2015).

(iv) Dividendos e juros capital próprio - JCP

	2016	2015
Lucro líquido do exercício (originalmente apresentado)	8.223	7.495
Constituição da reserva legal	(411)	(375)
Base de cálculo dos dividendos e JCP	<u>7.812</u>	<u>7.120</u>
Dividendos obrigatórios conforme Estatuto - 1%	78	71
Distribuição		
JCP propostos para pagamento no exercício seguinte	3.936	2.962
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(4)	-
Dividendos Propostos para pagamento no exercício seguinte	<u>64</u>	<u>-</u>
Total dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	3.996	2.962
Dividendos e JCP por ação - R\$	0,0429	0,0320
Porcentagem dividendos e JCP do exercício sobre o lucro líquido do exercício	51%	43%

Conforme o Estatuto, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e dos dividendos intermediários. Para satisfação do dividendo mínimo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos, os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social deverão ser computados por seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte. Os mesmos serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

Cabe destacar que o acionista controlador, Leblon Equities Partners V. Fundo de Investimento em Participações, está isento do IRRF – Imposto de renda retido na fonte (15%) sobre os juros de capital próprio.

Os juros creditados aos acionistas, calculados nos termos da Lei 9.249/95, foram registrados a débito de lucros acumulados e a crédito do passivo circulante.

A declaração de juros sobre capital próprio, como parte do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2016, tendo sido homologado pela Assembleia Geral Ordinária em 31 de março de 2017, que aprovou a proposta de lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação da receita líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora	
	2016	2015
Locação	41.133	53.046
Vendas	6.828	1.919
Serviços	176.738	139.906
Indenizações e recuperação	9.081	1.798
Total da receita bruta	<u>233.780</u>	<u>196.669</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(26.294)	(23.359)
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	<u>(3.374)</u>	<u>(2.103)</u>
Total da receita líquida	<u>204.112</u>	<u>171.207</u>

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o imobilizado da Companhia é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transportes de equipamentos entre filiais e eventualmente para os clientes, as despesas de depreciação dos equipamentos de locação e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenharia da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicações, a depreciação dos bens de uso próprio, bem como as despesas das áreas administrativas.

A composição em 31 de dezembro de 2016 está assim demonstrada:

Natureza	Em 31 de dezembro de 2016			Em 31 de dezembro de 2015		
	Custos direto obras e de locação	Despesas gerais e administrativa (Reapresentado)	Total (Reapresentado)	Custos direto obras e de locação	Despesas gerais e administrativa	Total
Pessoal	(113.224)	(19.788)	(133.012)	(88.785)	(18.512)	(107.297)
Terceiros	(5.102)	(4.527)	(9.629)	(5.287)	(3.092)	(8.379)
Frete	(1.871)	(46)	(1.917)	(3.083)	(36)	(3.119)
Material construção/manutenção e reparo	(14.372)	(574)	(14.946)	(9.245)	(502)	(9.747)
Aluguel de equipamentos tubulares	(330)	-	(330)	(807)	-	(807)
Alugueis outros	(3.614)	(1.618)	(5.232)	(3.087)	(1.788)	(4.875)
Viagens	(4.041)	(1.262)	(5.303)	(5.024)	(1.143)	(6.167)
Matéria prima e mercadorias adquiridas de terceiros	(2.122)	-	(2.122)	(580)	-	(580)
Depreciação e amortização	(7.854)	(2.138)	(9.992)	(7.594)	(2.276)	(9.870)
Baixa de ativos	(3.580)	-	(3.580)	(451)	-	(451)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1.845)	(1.845)	-	(1.284)	(1.284)
Outros	(857)	(3.560)	(4.417)	(859)	(3.434)	(4.293)
Total	<u>(156.967)</u>	<u>(35.358)</u>	<u>(192.325)</u>	<u>(124.802)</u>	<u>(32.067)</u>	<u>(156.869)</u>

Natureza	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Custos direto obras e de locação	Despesas gerais e administrativa (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Pessoal	(113.224)	(19.788)	(133.012)
Terceiros	(5.102)	(4.527)	(9.629)
Frete	(1.871)	(46)	(1.917)
Material construção/manutenção e reparo	(14.372)	(574)	(14.946)
Aluguel de equipamentos tubulares	(330)	-	(330)
Alugueis outros	(3.614)	(1.618)	(5.232)
Viagens	(4.041)	(1.262)	(5.303)
Matéria prima e mercadorias adquiridas de terceiros	(2.122)	-	(2.122)
Depreciação e amortização	(7.854)	(2.138)	(9.992)
Baixa de ativos	(3.580)	-	(3.580)
Provisão para devedores duvidosos	-	(1.845)	(1.845)
Outros	(857)	(3.721)	(4.578)
Total	<u>(156.967)</u>	<u>(35.519)</u>	<u>(192.486)</u>

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

(a) Receitas financeiras

	2016	2015
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	1.192	1.585
Receitas de aplicação financeira	2.656	3.572
Variação cambial e monetária ativa	391	466
Swap	-	1.066
Descontos obtidos	77	9
Outras	2	-
	<u>4.318</u>	<u>6.698</u>

(b) Despesas financeiras

	2016	2015
Swap	(859)	-
Juros de empréstimos	(1.576)	(1.882)
Variação cambial e monetária passiva	(4.002)	(8.006)
Juros s/títulos em atraso	(175)	(154)
Tarifas bancárias	(225)	(175)
IOF	(264)	(56)
Descontos concedidos	(183)	(784)
Outras	(219)	(135)
	<u>(7.503)</u>	<u>(11.192)</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2016 (Reapresentado)	2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	6.269	7.495
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	93.077	92.446
Lucro básico por ação por lote de mil ações - R\$	67,35	81,08

b) Diluído

O lucro diluído por ação calculado com base no lucro atribuído aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

	2016 (Reapresentado)	2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	6.269	7.495
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	92.446	92.446
Ajuste de opções de compra de ações (milhares)	5.253	4.622
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	97.699	97.068
Lucro diluído por ação por lote de mil ações - R\$	<u>64,17</u>	<u>77,21</u>

25. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes: serviços e locação. Os mesmos possuem características completamente distintas, conforme descrito abaixo.

A fim de separar as duas atividades, em 18 de março de 2016, a Companhia constitui uma nova sociedade, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A. Em 18 de outubro de 2016, houve aumento de capital na sociedade, no valor de R\$200, integralizado em moeda nacional, com a emissão de 200 mil ações ordinárias, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada.

A Companhia presta diversos serviços para a indústria, a saber: acesso (andaimes tradicionais, andaimes suspensos e escadares), tratamento de superfícies e pintura industrial e isolamento térmico, acústico e corta-fogo. Além da prestação de serviços, a Companhia providencia locação de equipamentos de acesso e habitats pressurizados.

Nas Demonstrações do Resultado por Segmento de Negócio divulgadas abaixo, as receitas e custos referentes à cessão de equipamentos foram alocadas ao segmento de Serviços. Isso se justifica pelo fato dos contratos celebrados nos anos de 2014, 2015 e 2016, antes da criação da controlada Priner Locação de Equipamentos S.A., terem sido negociados simultaneamente.

A representatividade individual dos clientes que tiveram participação superior a 10% do faturamento está demonstrada a seguir:

	2015	2016
Cliente A	< 10%	26,98%
Cliente B	17,4%	10,68%

Segmento de negócio: prestação de serviços

A atividade de prestação de serviços é intensa na utilização de mão de obra, sendo esse seu principal componente de custo. Os serviços prestados compreendem disciplinas de acesso, tratamento de superfície e pintura industrial, instalação de isolamento térmico, acústico e corta-fogo. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, fornecendo soluções práticas e econômicas para nossos clientes. O *know-how* dominado por nossa equipe de engenheiros e técnicos especializados, que se traduz na qualidade de nossos serviços e em nossa capacidade para mobilizar equipe de prestadores de serviços com rapidez e agilidade em todo o território brasileiro é diferencial competitivo, o qual é valorizado por nossos clientes.

Segmento de negócio: locação de equipamentos

A atividade de locação de equipamentos é intensa na aplicação de capital. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, através da locação de equipamentos de acesso e fornecimento de habitats pressurizados. As atividades de logística, manutenção e pesquisa e desenvolvimento de novos equipamentos exige conhecimentos técnicos específicos, a fim de oferecermos opções atualizadas para nossos clientes.

A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou prejuízo bruto e operacional, além de outros indicadores econômicos e financeiros e indicadores operacionais específicos para cada um dos segmentos. A tabela a seguir demonstra os principais indicadores utilizados.

Descrição	Prestação de Serviços	Locação	Consolidado
Receita per capita	SIM	NÃO	SIM
Custos dos produtos/serviços vendidos per capita	SIM	NÃO	SIM
Lucro Bruto e Margem Bruta	SIM	SIM	SIM
Lucro Operacional e Margem Operacional	SIM	SIM	SIM
Lucro Líquido e Margem Líquida	SIM	SIM	SIM
EBITDA e Margem EBITDA	SIM	SIM	SIM
ROIC	SIM	SIM	SIM
ROE	SIM	SIM	SIM
Dívida Líquida/EBITDA 12 meses	NÃO	NÃO	SIM

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	<u>Locação</u>		<u>Serviços</u>		<u>Total</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)	<u>2015</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)	<u>2015</u>
Receita líquida dos produtos vendidos, locados e serviços prestados	21.740	8.747	182.372	162.460	204.112	171.207
Custo dos produtos vendidos, locados e serviços prestados	-8.399	-2.142	-148.568	-122.660	-156.967	-124.802
Lucro bruto	13.341	6.605	33.804	39.800	47.145	46.405
Despesas operacionais						
Comerciais, Gerais e administrativas	-5.257	-4.733	-30.262	-27.334	-35.519	-32.067
Resultado Equivalência Patrimonial	-	-	-40	-15	-40	-15
Lucro operacional antes do resultado financeiro	8.084	1.872	3.502	12.451	11.586	14.323
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	-459	-2.805	-7.044	-8.387	-7.503	-11.192
Receitas financeiras	127	166	4.191	6.532	4.318	6.698
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.752	-767	649	10.596	8.401	9.829
Correntes	-1.919	265	-893	-3.657	-2.812	-3.392
Diferidos	-	-	680	1.058	680	1.058
Lucro Líquido do exercício	5.833	-502	436	7.997	6.269	7.495

Ativo por segmento de negócio

	<u>Locação</u>		<u>Serviços</u>		<u>Total</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)	<u>2015</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)	<u>2015</u>
Imobilizado						
Custo de aquisição	75.276	84.335	17.145	16.378	92.421	100.713
(-) Depreciação acumulada	-41.202	-41.197	-9.947	-8.223	-51.149	-49.420
	34.074	43.138	7.198	8.155	41.272	51.293
Caixa e Equivalentes de Caixa	201	1.211	11.862	22.583	12.063	23.795
Contas a Receber	6.294	1.994	49.836	37.041	56.130	39.035
Tributos	405	205	9.323	9.056	9.728	9.261
Outros ativos	58	29	2.315	2.335	2.372	2.364
Ativo Total	41.031	46.577	80.534	79.171	121.565	125.748

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016
	Valor contábil (Reapresentado)	Valor contábil	Valor contábil (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	12.018	23.795	12.063
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	56.130	39.035	56.130
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	16.679	10.406	16.679
Contas a pagar por aquisição societária	22.558	39.556	22.558
Contas a pagar a fornecedores	5.106	6.147	5.113
Ativos financeiros derivativos - Swap	(269)	199	(269)
Instrumentos financeiros patrimoniais:			
Plano de opções de ações	1.555	590	1.555

26.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016.

	Controladora				Consolidado		Nível
	<u>2016</u>	Valor Justo	2015	Valor Justo	<u>2016</u>	Valor Justo	
Ativos (passivos)							
Ativos (passivos) financeiro derivativos - Swap	<u>(269)</u>	<u>(269)</u>	<u>199</u>	<u>199</u>	<u>(269)</u>	<u>(269)</u>	2
Total dos ativos (passivos)	<u>(269)</u>	<u>(269)</u>	<u>199</u>	<u>199</u>	<u>(269)</u>	<u>(269)</u>	

(a) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo das contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A administração da Companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado, principalmente considerando que parte substancial desses empréstimos foi obtida no corrente exercício.

(d) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela tesouraria e diretoria financeira, antes das assinaturas, para estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. Durante os exercícios de 2016 e 2015, não foram identificados derivativos embutidos nos contratos firmados pela Companhia.

26.3. Instrumento financeiro derivativo

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam seu resultado operacional, visto que, a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela tesouraria e diretoria financeira, que avaliam as possíveis exposições a riscos cambiais e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar os riscos em questão.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui derivativo (Swap), contratado junto ao banco Itaú, para proteção contra variação cambial, substituindo custos de financiamentos em dólar, nas seguintes condições:

U\$\$ + 2,57% a.a. por CDI + 3,5%. O empréstimo, no valor de R\$6.000 foi contratado em 15 de junho de 2016 e o contrato swap foi celebrado na mesma data, com vencimento em 15 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o swap apresentava valor justo de R\$269.

Os derivativos (swap) contratados pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram liquidados ao longo do ano de 2016. O derivativo (swap) contratado em 2016 será liquidado ao longo do exercício de 2017, sendo a última parcela em dezembro de 2017,

O monitoramento dos compromissos assumidos com derivativos permite acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa e resultados, bem como garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor das posições é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

26.4. Análise de sensibilidade

Segue quadro com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, o qual demonstra os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) e cenários de stress. Essa análise demonstra os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras contendo tal análise.

<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Mensuração dos riscos</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações Financeiras	CDI	1.159	1.449	1.738
Empréstimos	CDI	(2.126)	(2.518)	(2.911)
Contas a pagar por aquisição societária	CDI	(2.348)	(2.935)	(3.522)
Total		<u>(3.315)</u>	<u>(4.005)</u>	<u>(4.695)</u>

A análise de sensibilidade apresentada simula alterações na variável chave "CDI" (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (CDI), respectivamente.

	31/12/2016		
	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aumento na variável chave em comparação ao cenário I		25%	50%
CDI (variável chave)	10,41%	13,01%	15,62%

Com relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 10,41%, considerando taxa média anual prevista pelo relatório FOCUS do Banco Central do Brasil (em 17 de março de 2017).

Nas ocasiões em que a Companhia contrata empréstimos atrelados à variação cambial, contrata simultaneamente operações de derivativos, normalmente swap's, para garantir proteção contra riscos cambiais. Em todos os casos, o custo da contratação do derivativo está atrelado a percentual do CDI. A seguir é apresentada análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Variação cambial + juros	(92)	(98)	(104)
Swap	(249)	(243)	(237)
Impacto líquido	(342)	(342)	(342)

A análise de sensibilidade apresentada simula alterações na variável chave "variação cambial" (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (variação cambial), respectivamente.

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aumento na variável chave em comparação ao cenário I		25%	50%
Variação cambial (variável chave)	0,95%	1,19%	1,42%

Com relação a variação cambial, a Administração da Companhia se baseou na previsão da taxa de câmbio (fim de período) disponível no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil (em 17 de março de 2017).

26.5. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a mensuração das dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais deverão ser liquidados com pagamentos à vista e/ou com outros ativos financeiros. A abordagem da Administração na administração de liquidez é de garantir, no máximo grau possível, que a Companhia possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nas datas dos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia.

Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um total de R\$11.072 disponíveis em linhas de crédito aprovadas e não utilizadas, das quais R\$9.386 com o banco Itaú e R\$1.686 com o banco Safra.

A tabela abaixo analisa os principais ativos e passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Até um mês (Reapres entado)	Controladora			
		Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	12.018				
Contas a Receber	56.130				
Créditos com funcionários	642				
Empréstimos e financiamentos bancários (*)	(1.538)	(2.430)	(12.418)	(1.962)	(251)
Contas a Pagar por Aquisição Societária			(24.131)	-	
Fornecedores	(5.106)				
Total por período	<u>62.146</u>	<u>(2.430)</u>	<u>(36.549)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>(251)</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2015</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	23.795				
Contas a Receber	39.035				
Créditos com funcionários	428				
Empréstimos e financiamentos bancários (*)	(1.039)	(3.397)	(5.906)	(349)	(354)
Contas a Pagar por Aquisição Societária			(21.207)	(24.206)	
Fornecedores	(6.147)				
Total por período	<u>56.072</u>	<u>(3.397)</u>	<u>(27.113)</u>	<u>(24.555)</u>	<u>(354)</u>
		Consolidado			
	Até um mês (Reapres entado)	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	12.063				
Contas a Receber	56.130				
Créditos com funcionários	642				
Empréstimos e financiamentos bancários (*)	(1.538)	(2.430)	(12.418)	(1.962)	(251)
Contas a Pagar por Aquisição Societária			(24.131)		
Fornecedores	(5.113)				
Total por período	<u>62.184</u>	<u>(2.430)</u>	<u>(36.549)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>(251)</u>

(*) Líquidos de Swap

26.6. Gestão de Capital

O objetivo da gestão da estrutura de capital desejável da Companhia é proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas.

A Companhia utiliza como principal indicador para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o seu patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Dívida bancária total (curto e longo prazo)	16.679	10.406	16.679
Dívida da aquisição (curto e longo prazo)	22.558	39.556	22.558
Caixa e equivalente de caixa	12.018	23.795	12.063
Endividamento Líquido	27.220	26.167	27.174
Patrimônio líquido	55.790	52.486	55.790
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	0,49	0,50	0,49

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

27. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importância segurada (em milhares de reais)</u>
Responsabilidade civil para gestores e conselheiros	10.000
Responsabilidade civil geral	10.000
Erros e omissões - Falhas profissionais	1.500
Patrimonial	9.593

As apólices de seguros foram contratadas em 30 de novembro de 2016 e são válidas até 30 de novembro de 2017.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava saldo de R\$186 (R\$1.166 em 2015) a pagar referente a aquisições de imobilizado. Tais aquisições não envolveram caixa e, consequentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Contribuição de ativos no capital da Priner Rental

Na nova sociedade, constituída em 18 de março de 2016, controlada pela Companhia sob a denominação Priner Locação de Equipamentos S.A., houve aumento de capital, em 18 de outubro de 2016, no valor de R\$200, integralizado em moeda corrente nacional, com a emissão de 200 mil ações ordinárias, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada.

A transferência das atividades de locação para a subsidiária Priner Locação ocorreu em 9 de janeiro de 2017, formalizada através de Ata da Assembleia Extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, no montante de R\$34.056.

Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia integralizou o montante de R\$34.056 através da capitalização dos valores aportados em 09/01/2017 a título de futuro aumento de capital, objeto do laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e, em evento subsequente na mesma data, aumentou o capital em R\$300 com subscrição de novas ações que foram integralizadas em moeda corrente nacional. Desta forma, o capital social da subsidiária Priner Locação passou para R\$34.557, totalmente subscrito, dividido em 34.557 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O benefício fiscal da mais valia do imobilizado está sendo realizado de acordo com a taxa de vida útil de cada bem, conforme laudo produzido por avaliador independente. Em janeiro de 2017 foi aproveitado R\$1.678 do saldo do benefício fiscal da mais valia dos bens que foram transferidos para a controlada Priner Locação de Equipamentos S.A.

b) Aquisição do controle da R&R

Em 24 de janeiro de 2017 foi concretizada aquisição de 51% de participação na empresa R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., por R\$2.200, através da aquisição de 25.500 quotas do total de 50.000 quotas. A empresa adquirida foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contra fogo. O valor acordado pela aquisição foi pago em quatro parcelas, sendo as três primeiras de R\$500 e a última de R\$700. Os valores em questão foram quitados em 24 de janeiro de 2017, 24 de fevereiro de 2017, 24 de março de 2017 e 24 de abril de 2017.

O valor pago pela participação é superior ao valor das quotas adquiridas, já contemplando os ativos e passivos a valor justo. Consequentemente, resultou em ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R\$1.657.

O laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos (*purchase price Allocation* – PPA) foi elaborado por peritos independentes, cumprindo com as exigências previstas no pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios.

Abaixo demonstrativo:

	Valor justo	Prêmio	Retorno após impostos
Capital de giro líquido	112	-7,00%	10,8%
Ajustes a valor justo	(47)	-7,00%	10,8%
Imobilizado	97	-7,00%	10,8%
Imobilizado (mais valia)	43	-7,00%	10,8%
Intangível	1		
Ativos tangíveis	207	7,06%	10,7%
Contrato	2.126	-	17,8%
Marca	325	1,00%	18,8%
Contrato tecnologia	-	-	-
Acordo de não competição	-	-	-
Mão de obra formada	112	0,50%	18,3%
Ativos intangíveis	2.562	-0,15%	17,9%
Valor não alocado	2.775	0,39%	18,2%
Opção de compra	1.707		
Opção de venda	(477)		
Itens não operacionais	-		
Mão de obra formada	112		
Ágio	1.657		
WARA	5.544		17,8%
WACC			17,8%
TIR			18,0%

c) Aquisição da SmartCoat

A fim de incrementar o *market share* em uma das atividades em que atua, em 28 de julho de 2017 a Priner celebrou Instrumento Particular de Contrato Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, referente à aquisição de 75% do capital da Smartcoat, empresa com destacada atuação no mercado de tratamento de superfícies e pintura industrial. O total das quotas adquiridas foi de 20.025, de um total de 26.700.

Anteriormente à transação, a Smartcoat era concorrente da Priner, embora atuasse no segmento *offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de petróleo, enquanto a Priner dirigia seus serviços ao segmento *onshore*.

O preço de compra acordado inicialmente foi de R\$ 33.750. Entretanto, esse valor sofreu ajuste de R\$ 7.742, atingindo valor final de R\$ 26.008. O ajuste em questão refere-se a saldo significativo em contas a receber, em função do não pagamento de dois antigos clientes da Smartcoat: UTC Engenharia e Alphatec.

O pagamento foi determinado da seguinte maneira:

- Uma parcela de R\$5.000, paga, à vista, na data de fechamento (28 de julho de 2017).
- Montante de R\$10.000, pago em até 48 horas do registro da alteração no contrato social da Smartcoat na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O valor em questão foi pago no dia 10 de agosto de 2017.

c. Em cada dia 27 dos doze meses subsequentes à data de fechamento, pagamento de parcelas mensais e consecutivas de R\$150.

d. Entre o 13º e o 36º mês, também no dia 27, pagamento de parcelas mensais e consecutivas de R\$57.

e. Uma parcela de R\$4.450, paga na data do primeiro aniversário da data de fechamento.

f. Duas parcelas de R\$1.694 pagas, respectivamente, no segundo e no terceiro aniversários da data de fechamento.

Os valores de todas as parcelas estão sujeitos à correção pela variação de 95% da taxa média acumulada do CDI entre a data de fechamento, e a data do vencimento ou pagamento.

A transação inclui opção de compra, para a Priner, e opção de venda, para os sócios minoritários da Smartcoat, referente aos 25% remanescentes do capital. O preço de exercício é definido como quatro vezes o valor do EBITDA apurado nos doze meses anteriores ao exercício, menos o valor da dívida. Este valor deverá ser pago em três parcelas, sendo a primeira à vista e as duas subsequentes, iguais e anuais, com a última devendo ser paga após dois anos da data de exercício.

O laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos (Purchase Price Allocation – PPA) está sendo elaborado por peritos independentes, a fim de cumprir com as exigências previstas no pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios.

O demonstrativo a seguir reflete a melhor estimativa da administração e dos peritos contratados no momento, podendo sofrer alterações para sua versão final.

	Valor justo	Retorno após impostos	Retorno ponderado
	75%		
Capital de giro líquido	10.335	10,2%	3,7%
Imobilizado	9.620	10,2%	3,4%
Imobilizado (mais valia)	11.117	10,2%	4,0%
Intangível (software)	44	10,2%	0,0%
Intangível (mais valia)	(5)	10,2%	0,0%
Ativos tangíveis	31.111	10,2%	11,1%
Contrato	4.005	18,2%	2,6%
Marca	1.847	17,7%	1,1%
Mão de obra formada	1.301	17,2%	0,8%
Ativos intangíveis	7.154	17,9%	4,5%
Valor não alocado	(9.705)	-4,7%	1,6%
Mão de obra formada	1.301		
(-) Efeitos de tributos diferidos	(6.212)		
Agio / (Compra vantajosa)	(2.191)	-5,5%	1,6%
WARA	28.560	17,2%	
Itens não operacionais	(1.961)		
Preço pago pelo patrimônio	26.599		
Opção de compra (Ativo financeiro)	995		
Opção de venda (Passivo financeiro)	(1.586)		
Valor líquido da Compra	26.008		
WACC		17,2%	
TIR		19,7%	

d) Operações Financeiras

d.1) Liquidação de empréstimos

- Em 23 de janeiro de 2017, a Companhia liquidou empréstimo do Banco Santander com taxa de CDI + 3,784% a.a. no montante inicial de R\$3.000, pago em 18 parcelas mensais, com início em julho de 2015 e amortização final em janeiro de 2017.

d.2) Rolagem de dívida

- Em 19 de abril de 2017, a Companhia realizou a rolagem de dívidas de dois contratos do Banco Itaú, ambos com taxa de CDI + 3,85% a.a., no montante de R\$1.670 cada um e com vencimentos em julho de 2017 e junho de 2018, respectivamente. Esta rolagem de dívida repactuou o empréstimo em 8 parcelas com vencimento em abril de 2019 com as taxas iguais as contratadas anteriormente. Os juros foram pagos na data de rolagem da dívida no montante total de R\$79.

d.3) Contrato de SWAP

- Em 06 de fevereiro de 2017, a Companhia realizou Swap de uma dívida de valor inicial de R\$1.300 contraída junto ao Banco Safra em dezembro de 2016, com vencimento em dezembro de 2017. Foi realizado swap de uma taxa pré-fixada de 17,74% a.a. para CDI+3,5% a.a. As demais condições do contrato permaneceram inalteradas.

d.4) Novos empréstimos

- Em 08 de maio de 2017, a Companhia contratou empréstimo no Banco ABC a ser pago em 18 parcelas, a uma taxa de CDI+ 3,95% a.a., no montante de R\$7.000 com vencimento em outubro de 2018.
- Em 24 de maio de 2017, a Companhia contratou empréstimo no Banco Itaú a ser pago em 08 parcelas trimestrais (24 meses), a uma taxa de CDI+ 3,95% a.a., no montante de R\$ 6.000 com vencimento em maio de 2019.
- Em 26 de maio de 2017, a Companhia contratou empréstimo no Banco Santander a ser pago em 24 parcelas mensais, a uma taxa de CDI+ 4,738% a.a., no montante de R\$ 6.000 com vencimento em maio de 2019.
- Em 27 de junho de 2017, a Companhia contratou empréstimo no Banco BBM a ser pago em 24 parcelas mensais, a uma taxa de CDI+ 4,5% a.a., no montante de R\$ 6.000 com vencimento em junho de 2019.
- Em 27 de julho de 2017, a Companhia contratou empréstimo no Banco Itaú com pagamento em 30 parcelas mensais, a uma taxa de 5,27% a.a. + variação cambial com swap para CDI+ 3,95% a.a., no montante de R\$ 15.000 com vencimento em janeiro de 2020.
- Em 28 de agosto de 2017, a Companhia contratou empréstimo no Banco ABC a ser pago em 36 parcelas mensais, a uma taxa de CDI + 3,95% a.a.; no montante de R\$ 3.000 com vencimento em agosto de 2020.

e) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

- Em 17 de julho de 2017, o cliente UTC Engenharia S.A ingressou com o pedido de recuperação judicial. Em função disso, a Companhia analisou seus recebíveis e decidiu constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa de todo o saldo a receber no valor de R\$ 3.253. Deste saldo, R\$ 2.960 são referentes a receitas que impactaram o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 293 são referentes ao 2º trimestre de 2017.
-

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (“Companhia”), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

O ano de 2016 foi marcado pela recuperação de nosso volume de atividades e redução das margens brutas, em função da estratégia adotada desde 2015, na qual optamos por reduzir preços com o objetivo de viabilizar a conquista de novos contratos. Como consequência, considerando-se contratos performados, nosso volume de operações aumentou 19,8% e 33,4% na comparação versus ano anterior e último trimestre do ano anterior, respectivamente. Ao final do ano, nosso *backlog* atingiu R\$ 199 milhões, dos quais R\$ 119 milhões para o ano de 2017.

A pressão sofrida por nossos custos e despesas em função de inflação, dissídio coletivo e aumento da alíquota incidente sobre as receitas para apuração do INSS (2% para 4,5%, a partir de novembro/15) foi parcialmente compensada por ações estruturais (ex. aquisição de ativos que geram redução gradual na intensidade de utilização de mão de obra) e pontuais (ex. reversão de PDD dos principais devedores, como consequência de negociações extra-judiciais e ações de cobrança judicial).

O forte aumento de nossas receitas, mais notadamente a partir de setembro, gerou incremento em nosso capital de giro. A fim de compensar parcialmente esse fato, mantivemos os investimentos em ativo imobilizado (CAPEX) limitados a equipamentos com potencial para geração de retorno financeiro imediato e obtivemos sucesso em ações de cobrança e indenização por ativos não devolvidos. A relação Dívida Líquida/EBITDA LTM, que chegou a atingir seu patamar mais baixo em outubro (0,67), encerrou o ano praticamente no mesmo patamar do ano anterior (1,12 em 2016 e 1,07 em 2015).

Como parte de nossa estratégia de desenvolvimento e capacitação de líderes, contratamos a Fundação Dom Cabral para ministrar treinamento denominado “Programa de Desenvolvimento e Alinhamento Gerencial”, iniciado em agosto de 2016 e finalizado em fevereiro de 2017. O programa foi composto por cinco módulos e abordou os seguintes temas: cultura e mudança, liderança, *empowerment* e *ownership sense*, proatividade de mercado, empreendedorismo e inovação, gestão de desempenho e métodos de solução e análise de problemas.

Lançamos nossa nova marca (PRINER) em outubro, na *Rio Oil & Gas 2016*, oportunidade na qual aproveitamos para apresentar novos produtos de isolamento térmico. Em janeiro de 2017 lançamos nosso novo site (www.priner.com.br) e mantivemos *banner* no aeroporto de Macaé durante todo o ano de 2016, além de termos realizado inserções em veículos da mídia impressa.

Finalizamos nosso processo de reestruturação societária em 2016. Em janeiro de 2017 transferimos nossos ativos locáveis (andaimas e acessórios, Web Deck e habitáculos pressurizados), assim como a equipe responsável pela sua logística e manutenção, para uma nova pessoa jurídica (Priner Locação de Equipamentos S.A.), 100% controlada pela empresa de prestação de serviços (Priner Serviços Industriais S.A.).

Finalizamos o processo de *due diligence* para aquisição do controle de uma pequena empresa, atuante no segmento de isolamento e com receita líquida anual de aproximadamente R\$ 3,5 milhões. O processo de aquisição foi concluído em janeiro de 2017. Prosseguimos analisando outros *targets*.

Relação com Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionadas ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Em atendimento a instrução CVM 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, serviços não relacionados à auditoria externa.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece o apoio e a confiança que recebeu e têm recebido continuamente dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e entidades com as quais se relaciona e espera continuar merecendo a mesma confiança no futuro.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA
PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.**

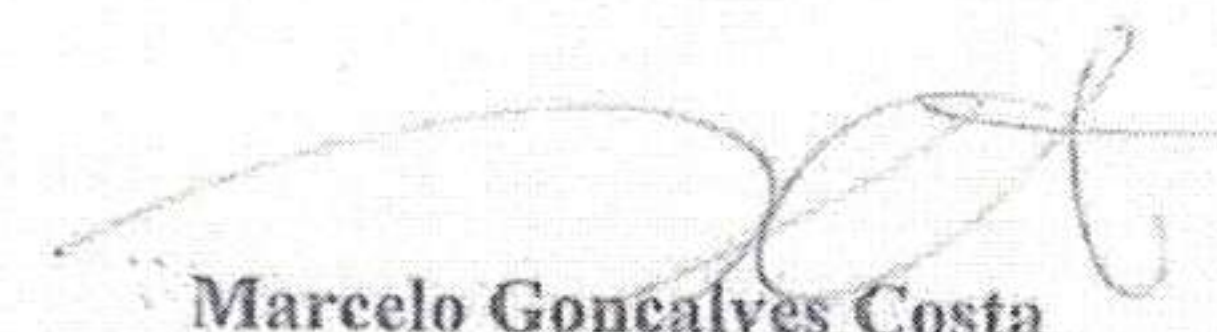
Servimo-nos do presente para, em atenção ao disposto no Art. 25, inciso V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Priner Serviços Industriais S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Geremário Dantas, 1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP: 22.760-401, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 18.593.815/0001-97 ("Companhia"), revisamos, discutimos e concordamos com (i) as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes; e (ii) as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2017.



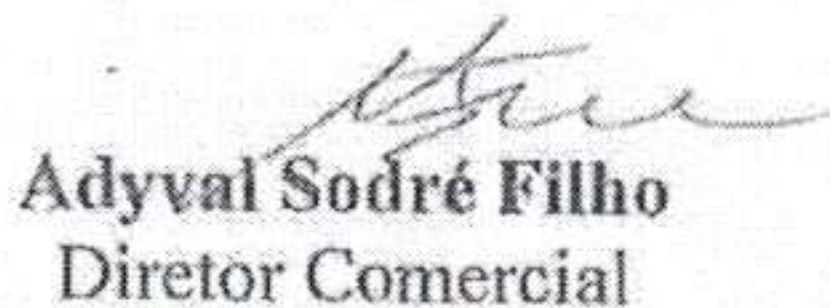
Túlio Cintra

Diretor - Presidente

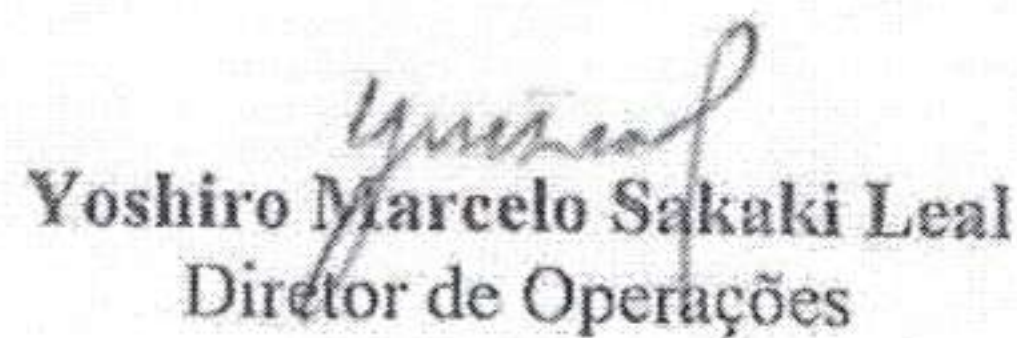


Marcelo Gonçalves Costa

Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores



Adyval Sodré Filho
Diretor Comercial



Yoshiro Marcelo Sakaki Leal
Diretor de Operações